

O LÚDICO, A BRINCADEIRA E OS JOGOS COMO FORMA DE INTRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

AUTORA

ROGERIO, Fernanda Sousa

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP Câmpus de São José do Rio Preto

RESUMO

O presente texto buscou apresentar uma discussão sobre a sugestão da utilização do lúdico como uma ferramenta de ensino para Educação em Direitos Humanos na Educação Infantil. Assim, discorremos, partindo da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o surgimento de documentos norteadores para a implantação da EDH na escola, chegando a Educação Infantil. Em seguida, sobre a criança e a infância e a importância do lúdico para o desenvolvimento da mesma. Encerrando com a utilização da brincadeira como ferramenta de ensino da educação em direitos humanos na educação infantil, incluindo o papel da escola e do docente para a implantação do tema no ambiente escolar. Após a discussão foi possível perceber que as brincadeiras e jogos são importantes estratégias e ferramentas para serem empregadas em ações educativas, uma vez que, gera divertimento e prazer, e, principalmente, aprendizado. O lúdico apresenta aspectos da vida real e cotidiana, portanto precisamos utilizar metodologias pedagógicas com materiais, linguagens didáticas, atitudes e ações que promovam os direitos humanos. Além disso, a importância de capacitar professores, inserindo a EDH no contexto escolar com apoio de políticas públicas que efetivem essa implantação.

PALAVRAS - CHAVE

Direitos Humanos, Brincadeiras e Jogos e Educação Infantil

ABSTRACT: The present text brings a discussion on the suggestion of using the ludic as a teaching tool for Human Rights Education (H.R.E) in Early Childhood Education. Thus, we discuss, starting from the approval of the Universal Declaration of Human Rights and the emergence of guiding documents for the implementation of the H.R.E. in the school, reaching Early Childhood Education. Then, about the child and childhood and the importance of play kids games for its development. Closing with the use of playing as a teaching tool for human rights education in early childhood education, including the role of the school and the teacher for the implementation of the theme in the school environment. After the discussion, it was possible to perceive that the games are important strategies and tools to be used in educational actions, since it generates fun and pleasure, and mainly, learning. The ludic presents aspects of real and everyday life, so we need to use pedagogical methodologies with materials, didactic languages, attitudes and actions that promote human rights. In addition, the importance of training teachers, inserting the HRE in the school context with the support of public policies that effect this implementation.

Keywords: Human Rights, Play Games and Games in Early Childhood Education

1.INTRODUÇÃO:

George Orwell escritor de *Animal Farm* (A Revolução dos Bichos) diz em sua obra que “Todos os animais são iguais mas alguns são mais iguais que outros”. Contrariando essa ideologia dominante, propomos que os direitos humanos sejam incluídos de forma efetiva no currículo escolar desde a educação infantil por meio de jogos e brincadeiras.

Nesse contexto, surgem diversas leis para consolidar a cultura de direitos humanos no espaço educacional como: Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (1948); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB – Lei nº. 9394/96; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - Resolução nº 5, de 17/12/2009; e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, considerando que a escola é um local privilegiado para a educação em direitos humanos. (BITTENCOURT; COSTA, 2020)

A Educação em Direitos Humanos – EDH é definida como conjunto de atividades pedagógicas baseadas na cultura dos direitos humanos devendo difundir esses conceitos e transmitir a sociedade por meio de ações e atitudes. Deve formar valores e uma cultura de respeito à dignidade humana nos cidadãos. (MENDONÇA, 2015)

Desta forma, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96 trouxe muitas conquistas para a Educação Infantil no processo de ensino deixando de ser assistencialista para promover o desenvolvimento integral da criança que passa a ser vista como um sujeito. (BITTENCOURT e COSTA, 2020)

A educação infantil deve incluir em seu currículo a brincadeira, já que por meio dela a criança transforma os materiais, as pessoas e o mundo e principalmente, se transforma, que é uma forma potente de mudar a realidade e a sociedade. (MULLER *et al.*, 2007)

O brincar deve ser valorizado na escola, pois promove interações, desenvolve valores e a realidade. Estimula o conhecimento de si e do outro, a identidade pessoal e social, sentimentos, desenvolve conhecimentos e competências. Todas essas posturas são fundamentais para a conduta de valores, cooperação e solidariedade presentes na educação em direitos humanos. (MULLER *et al.*, 2007)

As atividades lúdicas têm grande importância na maneira como as crianças constroem o mundo, já que, criam novos padrões de relacionamento e sociabilidade baseados na coletividade, na interação e cooperação. (MULLER *et al.*, 2007)

O brincar, favorece prazer e divertimento, é importante para o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social da criança. Está presente na cultura da população e faz parte do patrimônio lúdico-cultural, traduzindo valores, costumes, formas de pensamento e ensinamentos. (JURDI, SILVA e LIBERMAN, 2017)

A escola deve vincular aos currículos escolares essa prática, sendo que através do brincar é possível aprender diversos conhecimentos e desenvolver as crianças como sujeitos de direitos que devem ter seu lugar respeitado na sociedade. (CORREIA *et al.*, 2013)

Com base nisso, sugerimos a utilização do lúdico como uma ferramenta de ensino para Educação em Direitos Humanos na Educação Infantil. Para elucidação do tema, o ensaio fará uma discussão partindo da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o surgimento de documentos norteadores para a implantação da EDH na escola chegando a Educação Infantil. Em seguida, abordaremos sobre a criança e a infância e a importância do lúdico para o desenvolvimento da mesma. Para encerrar a utilização da brincadeira como ferramenta de ensino da educação em direitos humanos na educação infantil incluindo o papel da escola e do docente para a implantação do tema no ambiente escolar.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado pesquisa de referências bibliográficas nas bases científicas utilizando as palavras chaves citadas nas plataformas, sendo selecionado artigos que abordavam a temática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1- A DECLARAÇÃO UNIVERSAL EM DIREITOS HUMANOS E OS DOCUMENTOS NORTEADORES PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada em 1948, pelas Nações Unidas sendo um marco divisório em que se inicia a reconstrução dos direitos humanos, com uma grande crítica as atrocidades e horrores realizados pelos nazistas após a Segunda Guerra Mundial. (BITTENCOURT e COSTA, 2020)

Esse documento foi fundamental para o mundo no estabelecimento de direitos essenciais a todos, lutando contra quaisquer tipos de discriminações protegendo indivíduos e grupos contra ações que possam interferir em suas liberdades e dignidade. (BITTENCOURT e COSTA, 2020)

A dignidade humana segundo Bittencourt e Costa (2020) é um princípio que protege o indivíduo de todo tratamento degradante e discriminação odiosa, bem como assegura condições materiais mínimas de sobrevivência. Reconhece o valor intrínseco do homem, e representa o respeito que devemos ter uns para com outros.

A Declaração Universal de Direitos Humanos e a Constituição Federal são marcos históricos na proteção das pessoas.

Em 1993 ocorre em Viena a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em que as Nações Unidas sugerem uma década para a Educação em Direitos Humanos. Em 2004, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos, PMEDH, incluindo a Educação em Direitos Humanos nos currículos da educação básica, consolidando uma cultura em Direitos Humanos, como relatam em seus artigos Mendonça (2016) e Bittencourt; Costa (2020)

Surge então no Brasil, diversos documentos norteadores para a implantação da Educação em Direitos Humanos.

O Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH é um documento de referência que traz a educação em direitos humanos como uma política pública que por meio de um processo sistemático e multidimensional deve promover na sociedade uma cultura de combate a violência, preconceito e discriminação. O plano foi dividido em cinco eixos: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança e Educação e Mídia. (SILVA e TAVARES, 2012) e (MENDONÇA, 2016)

O plano deve visar a uma reflexão sobre valores, atitudes e práticas sociais que fundamentarão uma consciência cidadã. A Educação em Direitos Humanos –EDH deve utilizar processos metodológicos participativos, por meio de construções coletivas, com linguagens e materiais didáticos que incentivem e promovam os direitos humanos. A EDH é uma educação permanente e global, que ocorre constantemente articulando três dimensões: conhecimentos e habilidades; valores, atitudes e comportamentos e ações, como citam em seus artigos Mendonça (2016) e Bittencourt; Costa (2020)

Os direitos humanos são inacabados já que são construídos ao longo de processos históricos, lutas sociais, conquistas e da violação dos direitos, sendo o alicerce para a construção da cultura de paz. Conhecer esses conteúdos, seus processos de formação e legislações juntamente com ética, valores e comportamentos são imprescindíveis para serem introduzidos nos currículos escolares como afirmam Benevides (2007) e Silva; Tavares (2012).

O Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH deve ser centrado na garantia de direitos civis e políticos. Esse documento passou por revisão sendo incorporado os direitos econômicos, sociais e culturais, fundamentados na interdependência, na indivisibilidade e universalidade dos direitos humanos. O eixo temático Educação e Cultura foi incluída na terceira versão o PNDH-3. Esse tema foi importante, por tornar-se necessário a inclusão da Educação em Direitos Humanos em todas as modalidades de ensino, iniciando com a educação infantil chegando ao nível superior. (MENDONÇA, 2015)

O PNDH-3 traz avanços na área educacional e ocorre reformulações de diretrizes da educação no Brasil, para incluir essa temática nas escolas. Por meio do programa como aborda Mendonça (2015) é possível conter e dialogar o preconceito, discriminação e violência, promovendo o respeito, a tolerância as diversidades que são a base para desenvolver uma cultura de respeito.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos - DNEDH foram aprovadas por meio do Parecer CNE/CP nº 8/2012 e respectiva Resolução CNE nº 1/2012, essas diretrizes são referenciais para a educação em direitos humanos e a promoção de uma cultura das diversidades. Desta forma, aderindo a dignidade humana e eliminando todas as formas de discriminação e preconceito. As diretrizes devem discutir temas como: a construção histórica dos direitos humanos; os direitos humanos na contemporaneidade; crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; propostas pedagógicas que abordem discussões sobre diversidades, o papel da mídia nessa temática devendo sempre ter a mediação do docente. Ou seja, objetivam a construção dos direitos humanos, a cultura de respeito e paz, e compreensão de sujeitos de direitos e deveres. (BITTENCOURT e COSTA, 2020)

Os autores Bittencourt e Costa (2020) asseguram que os direitos humanos, devem ser trabalhados de maneira transversal por meio de temas conhecidos dos alunos tanto dentro das disciplinas quanto em atividades extracurriculares articulando com a interdisciplinariedade. Ademais, devem estar presentes nos currículos, nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), Regimentos escolares, Processos de Gestão Democráticas, Planos de Desenvolvimento de Ensino, nos materiais didáticos e pedagógicos, e nas avaliações e também na formação dos profissionais da educação.

A autora Benevides (2007) menciona em seu artigo que não basta somente transmitir os conceitos e conhecimentos de direitos humanos. É preciso a participação dos alunos na construção de valores agregando esses conhecimentos nos indivíduos e assim, ocorrer a efetiva transformação de atitudes na sociedade.

Obtivemos vários avanços com o surgimento de documentos abordando a temática em EDH e também começam a surgir documentos específicos para a educação, inclusive para a Educação Infantil.

Um dos documentos importantes que surge são as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – DCNEI, marcada pela resolução nº 5/2009, orientam para a educação em direitos humanos, através de propostas pedagógicas para o ensino a uma educação em direitos humanos na educação infantil, considerando a criança um sujeito social e histórico. (BITTENCOURT e COSTA, 2020)

Outro documento é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96) em que no artigo 29, declara que a Educação Infantil, por meio de metodologias pedagógicas deve considerar a criança como sujeito histórico-social, promovendo o desenvolvimento integral, incluindo os valores, deveres e direitos. (BITTENCOURT e COSTA, 2020)

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil são destinadas ao planejamento, desenvolvimento e avaliação respeitando as diversidades e favorecendo a formação de sujeitos de direitos e deveres e aprendendo a viver em sociedade. (ORIANI, 2008)

Os autores Bittencourt e Costa (2020), e Correia *et al.* (2013) abordam sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento fundamental para a educação básica. Além disso, a BNCC conduz a uma nova forma de ensino através da interdisciplinariedade juntamente, com campos de experiências, sendo as relações entre as crianças, essenciais para o aprendizado, e assim rompendo o modelo assistencialista da educação infantil. Um dos temas transversais que consta na BNCC é a Cidadania e Civismo fundamentais para a EDH.

Com o surgimento desses documentos, a Educação Infantil, deixa de ser assistencialista tornando-se a primeira etapa da Educação Básica. Sua finalidade consiste na formação integral das crianças até os cinco anos de idade, sendo indissociável o cuidado da aprendizagem. Portanto, nessa etapa é fundamental introduzir a educação em direitos humanos e cidadania, já que as crianças estão em desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social. (ORIANI, 2008)

A autora Oriani (2008) continua afirmando que a criança tem direito a educação proporcionando a construção social e cultural desses indivíduos para respeitar as diferenças e colaborando de maneira solidária, que são os princípios de educar em direitos humanos.

Possuímos uma base legal e diversos documentos para a implementação da Educação em Direitos Humanos em nossas escolas, mas que infelizmente, ocorre de maneira lenta ou inexistente para inclusão do tema nas propostas pedagógicas.

É indiscutível que a educação é um direito garantido por lei, tendo o dever de preparar os alunos para se tornarem cidadãos, ensinando seus direitos e deveres, o respeito ao próximo, e fortalecer valores e uma cultura de paz essenciais para a vida em sociedade. Estes direitos e deveres devem estar presentes, principalmente, nos espaços educacionais e se expandir para fora dos muros escolares.

Vivemos ainda em uma sociedade em que os direitos são constantemente violados e inclusive, o das crianças, que nem sempre possuem seu desenvolvimento garantido com alcance a saúde, educação, moradia digna e acesso à escola, essenciais para o desenvolvimento do ser humano. Portanto, é na educação infantil que se deve iniciar a construção dos conhecimentos e habilidades; valores, atitudes e comportamentos; e ações, pilares da educação em direitos humanos.

3.2- A CRIANÇA E A INFÂNCIA

A criança vivencia e se expressa de acordo com a sociedade em que está inserida, sendo portanto, um sujeito social e histórico. São seres integrais, cidadãs, detentoras de direito em desenvolvimento que produzem cultura. Tal fato, é confirmado em 1988, pela Constituição Federal. (CORREIA *et al.*, 2013)

Além da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (nº 8.069/1990) também é um documento fundamental para os direitos da criança e do adolescente, confirmando que a criança é um sujeito de direito que deve ser valorizada, preservada e identificada como produtoras e transmissoras de culturas. (CORREIA *et al.*, 2013)

O ECA integra os princípios que devem nortear as políticas públicas envolvidas, sendo dever da sociedade, família, escola e poder público garantir e priorizar os direitos dessas crianças para que tenham uma vida digna, com acesso a todas as condições que promovam seu desenvolvimento integral. (MULLER *et al.*, 2007)

Os autores Bittencourt e Costa (2020) e Correia *et al.* (2013), descrevem a infância como um período de aprendizado, em que a imaginação, fantasia e o faz de conta estão presentes e juntamente com a brincadeira acarretam experiências culturais. O aprendizado também ocorre com o convívio com outras crianças, quando baseado na solidariedade, no respeito às diferenças e no combate à indiferença e desigualdade.

A infância possui características inerentes a todas as crianças, como interesses e desenvolvimento próprios da idade, no entanto, nem todas possuem uma infância com direitos garantidos, principalmente as que se encontram em situações vulneráveis e as mais pobres economicamente tem dificuldade de acesso à escola, saúde, ao lazer e ao brincar, direitos esses, que estão garantidos por lei. Portanto, como afirmam Muller *et al.* (2007) ser criança e ter infância não são expressões sinônimas.

3.3 O BRINCAR, O LÚDICO, A BRINCADEIRA E OS JOGOS

Desde a Antiguidade, o brincar faz parte do cotidiano das crianças e mesmo após adultos, essa prática continua presente, já que proporciona prazer e compõe a formação cultural dos indivíduos. Os adultos continuam a brincar por meio de jogos esportivos, jogos de carta, entre outras. O brincar está presente até mesmo na vida dos animais, enfim o lúdico faz parte da cultura social do ser humanos. (CORREIA *et al.*, 2013) e (OLIVEIRA e SILVA, 2019)

O patrimônio lúdico-cultural é formado por diversas brincadeira que são transmitidas de gerações em gerações, sendo influenciadas pelos aspectos culturais, sociais, costumes, formas de pensamento e ensinamentos. A Cultura Lúdica, é complexa e hierarquizada, e através das relações com o outro sofre interferência na forma de viver e na construção de valores, costumes, no afeto, companheirismo e empatia. A brincadeira faz parte da vida social das pessoas. (JURDI, SILVA e LIBERMAN 2017)

As brincadeiras tradicionais são manifestações livres e espontâneas que fazem parte da cultura popular, da tradição e do folclore e permite desenvolver formas de convivências sociais. (CORREIA *et al.*, 2013)

Segundo o dicionário Michaelis (2015) brincar significa divertir-se com jogos infantis; entreter-se com objetos ou atividades lúdicas; simular situações da vida real; distrair-se, folgar, recrear-se.

Por isso, todas as crianças gostam de brincar, visto que, são práticas presentes no patrimônio cultural infantil criando hábitos e mudanças nas relações que devem ser mantidas e reforçadas. O lúdico permite fantasiar, imaginar, imitar impulsionando o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social da criança. (CORREIA *et al.*, 2013) e (MULLER *et al.*, 2007)

O brincar é um direito presente no Estatuto da Criança e do Adolescente afirmando que à criança deve ter garantido condições para o seu desenvolvimento e sendo reconhecida como sujeito social, histórico e de direitos. Os autores ainda afirmam que brincar é um caminho para aprendizagem, sendo que por meio dela a criança aprende, desenvolve conceitos, a atenção, memória e motricidade. (CORREIA *et al.*, 2013)

Os autores Correia *et al.* (2013) e Muller *et al.* (2007) relatam que a brincadeira não consiste apenas na recreação, não é só brincar por brincar, ela desenvolve o aprendizado, a imaginação, a imitação do mundo real pelo faz de conta e pelas relações, permitindo se expressar, se conhecer e construir fatores importantes para formação de sujeito de direitos e da cultura humana.

A brincadeira é uma ferramenta com alta habilidade para modificar a realidade e a sociedade, sendo que a criança se expressa de acordo com a sociedade em que está inserida, e ao mesmo tempo, promove prazer e diversão. Desta forma, a criança se transforma bem como, aqueles que convivem com elas, portanto, quanto maior for a qualidade do brincar maior será o desenvolvimento infantil e a construção de sujeitos de valores capazes de mudar o mundo. (CORREIA *et al.*, 2013) e (MULLER *et al.*, 2007)

Bittencourt e Costa (2020) e Correia *et al.* (2013) revelam que o brincar tem a função socializadora e integradora, desenvolvendo formas de convivência social. Através das interações que o lúdico proporciona as crianças aprendem como os outros pensam e agem, aprendem a respeitar, a dividir, desenvolvendo o afeto, a empatia e solidariedade. Além disso, o lúdico, mesmo que de forma coletiva, permite que a criança tenha falas individuais, expondo o que aprendeu e suas dúvidas de forma independente.

O autor Correia *et al.* (2013) nos traz os conceitos dos componentes do lúdico sendo a brincadeira o ato de brincar, despretensiosamente ocasionando uma atividade não estruturada; já o jogo é definido como uma brincadeira composta de regras; brinquedo é o objeto, instrumento e utensílio de brincar; e a atividade lúdica engloba todas essas definições, sendo todos esses elementos fundamentais para o desenvolvimento das crianças.

O jogos, como já foram conceituados pelo autor descrevem como mecanismos e metodologias eficazes de ensino que devem ser utilizados com uma finalidade pedagógica definida, formalizada e intencional, já que permitem reproduzir e representar a realidade estimulando o raciocínio, pensamento e integrando com as dimensões sociais, motoras, cognitiva e da personalidade. A transformação da realidade estimula a intelectualidade e a área sensório-motor da criança de forma prazerosa e motivadora.

As atividades lúdicas são formas divertidas e prazerosas que permitem as crianças compreender o mundo, aprender a respeitar regras, a conviver com os indivíduos, sentir emoções e experiências, conceitos fundamentais para a educação em direitos humanos. (CORREIA *et al.*, 2013)

A brincadeira deve estar de acordo com a faixa etária e a zona de desenvolvimento adequadas para que ocorra a aprendizagem. Sendo que a criança deve participar da organização da brincadeira proposta, das regras do jogo para que se construa o aprendizado e assim, propor soluções para resolvê-las. Portanto, o brincar não deve ser imposto e sim, promover a liberdade respeitando a criança como um ser integral. (CORREIA *et al.*, 2013)

O autor continua afirmando que o brincar é uma forma importante de aprendizagem na infância devendo reconhecer a brincadeira como um direito dela, valorizando a aprendizagem de forma prazerosa, e assim, construir o conhecimento por meio da diversão.

Podemos perceber o quanto é importante a brincadeira para o desenvolvimento da criança, e deve ser uma forma de associar esse aprendizado ao ensino da educação em direitos humanos, já que permite trabalhar conceitos e valores essenciais para se conviver em sociedade.

3.4 A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E O BRINCAR COMO FERRAMENTA

O Dicionário Online de Português, conceitua educação como:

” Ação de educar aperfeiçoar as capacidades intelectuais e morais de alguém: educação formal; educação infantil. Processo em que uma habilidade se desenvolve através de seu exercício contínuo. Capacitação ou formação das novas gerações de acordo com os ideais culturais de cada povo. Reunião dos métodos e teorias através das quais algo é ensinado ou aprendido; relacionado com pedagogia; didática: teoria da educação. Conhecimento e prática dos hábitos sociais; boas maneiras; Civilidade. Expressão de gentileza, sutileza; delicadeza. Formação de hábitos e comportamentos que incentivem o desenvolvimento corporal e mental, através de exercícios sistemáticos, jogos ou esportes.”

Por meio dessas definições educar em direitos humanos é transformar e aperfeiçoar valores com ações e atitudes que promovam melhora na sociedade.

A Educação em Direitos Humanos é definida como conjunto de atividades pedagógicas baseadas na cultura dos direitos humanos devendo difundir esses conceitos e transmitir a sociedade por meio de ações e atitudes. (MENDONÇA, 2015)

A EDH significa transformar e incorporar a cultura de respeito à dignidade humana, ou seja, querer uma mudança de culturas e valores na sociedade por meio de um processo educativo promovendo respeito, paz, igualdade, justiça, com atitudes e comportamentos de valores fundamentais. (BENEVIDES, 2007)

De acordo com Gorczewski e Martín (2015, p.35, apud Visoná, et al, 2018) relatam a diferença entre os conceitos Educação para os Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos.

O primeiro, refere-se a propagação desses direitos, a compreensão de quais são eles, o que pretendem, porque existem, em que se fundamentam, com o objetivo de por meio desses questionamentos o indivíduo conheça, exerça seus direitos e respeite os dos outros. O segundo, relaciona-se a Pedagogia, a forma utilizada de transmitir o conhecimento sobre esses direitos, como e quais os procedimentos serão adotados. Todavia, o educador deve ser o modelo a ser seguido, seu discurso e suas atitudes devem estar em consonância. “Toda educação para os direitos humanos deve acontecer em uma educação em direitos humanos”. (GORCZESKI; MARTÍN, 2015, p. 35).

Com base nessa definição e diferenciação dos conceitos de grande importância, nos adentraremos na educação em direitos humanos utilizando como metodologia os jogos e brincadeiras para o ensino do tema.

Desta forma, o lúdico é um meio e um recurso para trabalhar a EDH que requer teorias e de conceitos, e principalmente, reflexão, debates, diálogos e criatividade para se mudar atitudes. (AFONSO e ABADE, 2016)

Os jogos podem ser utilizados como uma ferramenta para trabalhar a educação em direitos humanos sendo um recurso didático que proporciona a aprendizagem. São também, uma forma de aliar a discussão da temática em Educação em Direitos Humanos, abordando o respeito, as diferenças sociais, na construção da dignidade humana e consequentemente, a qualidade de vida da população. (VISONÁ *et al.*, 2018) e (OLIVEIRA e SILVA, 2019)

Os autores Bittencourt e Costa (2020) e Neri *et al.* (2019) afirmam que as brincadeiras e jogos são importantes estratégias e ferramentas para serem empregadas em ações educativas, uma vez que, gera divertimento e prazer, e principalmente, aprendizado. O lúdico apresenta aspectos da vida real e cotidiana, portanto precisamos utilizar metodologias pedagógicas com materiais, linguagens didáticas, atitudes e ações que promovam os direitos humanos.

Os autores continuam argumentando que o lúdico por imitar a vida devem ser usadas no ensino da educação em direitos humanos permitindo construir valores e a resolver problemas. Além do que, as brincadeiras

constroem e desconstroem realidades, sendo uma boa forma de trabalhar a EDH. Os jogos apresentam regras que correspondem o mundo real, assim, a criança aprende a esperar a vez, a tolerância, a ganhar e a perder, a trabalhar em equipe, socializar e cooperar, posturas importantes para se viver em comunidade.

Outro fator fundamental é que as brincadeiras possuem uma linguagem infantil dinâmica, única, e inclusiva, já que, permitem a inclusão de crianças por diferentes formas de deficiências. (BITTENCOURT e COSTA, 2020)

Bittencourt e Costa (2020) reconhecem que o lúdico é um caminho para o ensino de Direitos Humanos, esse instrumento facilita a aprendizagem desses conceitos e permite a aplicação no seu cotidiano tornando as crianças mais críticas em suas opiniões e nos momentos que ocorre a violação desses direitos. Já que as crianças conseguem aplicar os conteúdos a realidade, facilitando a interação e a oralidade.

Os jogos, segundo Afonso e Abade (2016) e Oliveira e Silva devem fomentar a cooperação, solidariedade e reciprocidade e utilizados no ambiente escolar com uma intenção e formalidade pedagógica.

Portanto, segundo os autores, existem diversas formas e metodologias para debater a educação em direitos humanos, mas o lúdico é uma das ferramentas potentes para trabalhar a temática na educação infantil.

3.5 O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O papel do educador segundo os autores Neri *et al.* (2019), Bittencourt e Costa (2020) e Muller *et al.* (2007) é reconhecer as crianças como sujeito de direitos, respeitando a cultura em que estão inseridas, fortalecendo as relações e vínculos entre alunos e professores. Além disso, trabalhar conceitos e valores de igualdade, cidadania, fundamentadas no diálogo, respeito, cooperação, participação e inclusão, desta forma, obtendo ações educativas de qualidade e assim, os alunos tenham mudanças de atitudes dentro da escola e na sociedade.

Cabe aos professores, principalmente, os da educação infantil incluir a brincadeira nos currículos escolares, para que essa prática, se torne uma realidade na escola. Educar na educação infantil é assegurar o desenvolvimento integral da criança considerando sua realidade sendo que a brincadeira permite isso. (CORREIA *et al.*, 2013)

Os autores continuam dizendo que o docente deve estar constantemente avaliando e observando se suas atividades atingiram o objetivo proposto, e assim, fazer as adequações necessárias.

Os jogos, segundo Afonso e Abade (2016) podem ser um complemento ao desenvolvimento da aprendizagem e utilizado em qualquer faixa etária. O professor deve ser mediador e intervir quando necessário através de ações, discussões, colaborando com respaldo pedagógico e assim, propondo desafios, estimulando os alunos a se expressarem.

No processo de aprendizagem, o professor deve considerar aquilo que o aluno já sabe, e auxiliar os alunos a compreender que a EDH é desafiadora e complexa para a transformação humana, portanto, os jogos são um recurso e ferramenta para reflexão e discussão sobre a EDH. (OLIVEIRA e SILVA, 2019) e (AFONSO e ABADE, 2016)

Sabendo que a brincadeira é uma ótima forma de desenvolver a criança, por meio da interação e da imaginação, as escolas devem propor um brincar de qualidade, utilizando o lúdico com objetivos pedagógicos e brincadeiras livres permitindo que a criança tenha liberdade e criatividade. (CORREIA *et al.*, 2013)

A escola é um espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, que devem ser trabalhadas práticas que incorporem valores e princípios da EDH. Para que isso ocorra de maneira

efetiva é fundamental que tenhamos políticas públicas para a implantação da educação em direitos humanos, já que, esse espaço deve ser de decisões e atitudes democráticas. (BITTENCOURT e COSTA, 2020)

Além disso, implementar projetos e outras ações que combatam o preconceito, as desigualdades e formas de violação dos direitos, articulando ações dentro e fora da escola para eliminar as diferenças. Deve ser de competência do Estado criar planos e políticas públicas para a implementação da educação em direitos humanos, incluindo diretrizes e princípios para que os governos possam garantir a implantação de forma efetiva dos direitos humanos. (BENEVIDES, 2007) (SILVA e TAVARES, 2013) e (MENDONÇA, 2015)

O ambiente escolar é um espaço rico e privilegiado em que se concentra diversas culturas devendo iniciar o quanto antes, pela educação infantil, a formação de valores, com relações de respeito, tolerância, igualdade, desenvolvendo a cidadania e garantindo seus direitos e deveres, não aceitando a violação dos mesmos para o exercício da cidadania. (BITTENCOURT e COSTA, 2020) e (CORREIA *et al.*, 2013)

O autor prossegue dizendo que é por meio de relações com o outro que a criança aprende seus direitos e deveres, por isso, o professor deve considerar as diferenças culturais, sociais e econômicas trabalhando o preconceito, respeito e desigualdade para garantir que esses direitos sejam preservados, fatores importantes para o relacionamento social.

Os espaços educativos devem formar alunos com visão crítica, autônoma, com poder de decisão, responsável por seus direitos e deveres, respeitando a todos. Devem estar presentes em todo seu contexto escolar atitudes voltadas para o respeito e promoção dos direitos humanos, e serem agentes e promotores da defesa desses direitos combatendo toda forma de desigualdade, criando espaços de discussão para formar as vivências mostrando as consequências das escolhas com atitudes voltadas a coletividade. Desta forma, cabe aos educadores ter ações participativas tanto na escola como na sociedade para que isso se reflita nos alunos e ocorra uma mudança no país. (BENEVIDES, 2007) (AFONSO e ABADE, 2016) (MENDONÇA, 2015)

Os autores Silva e Tavares (2013) e Oliveira e Silva (2019) consideram que é competência do professor intervir na construção de uma escola e sociedades mais igualitárias. Além disso, deve ter o apoio da gestão escolar e de conselhos na inclusão da temática EDH nos livros didáticos utilizando filmes, jogos de tabuleiro, desenhos animados, fotos, gibis, diversas formas de expressão de arte, como pinturas e desenhos com criação de projetos educativos, que contemplem os princípios dos direitos humanos. Com auxílio desses materiais, trabalhar todas as formas de exclusão, respeito e valores sobre EDH, de forma transversal e interdisciplinar, já que, a EDH não deve ser somente uma disciplina, e sim, estar inclusa em todos os espaços escolares.

A atividade lúdica é um caminho para o ensino de EDH, mas não o único, podendo se utilizar filmes, jogos digitais, uso de redes sociais, projetos na comunidade, discussões, debates e muito diálogo, e assim, construir uma relação de ensino aprendizagem significativas para os alunos respeitando suas culturas e diferenças. (BITTENCOURT e COSTA, 2020)

4- CONCLUSÃO:

O Brasil é um dos países da América Latina que mais avançou na EDH. Em termos legais e de documentos possuímos diversas bases que garantem a implementação da educação em direitos humanos, mas infelizmente só as leis não garantem a cultura de direitos humanos.

Precisamos avançar desde a capacitação de profissionais da educação aos materiais didáticos utilizados nos ambientes escolares.

Diante do exposto, a utilização do lúdico é um bom instrumento e ferramenta de ensino da Educação em Direitos Humanos na Educação Infantil em favor da defesa, promoção e ampliação dos direitos humanos, visto

que desperta o interesse das crianças e imita a realidade ajudando a resolver situações difíceis da realidade por meio do imaginário.

A Educação em Direitos Humanos, é um instrumento pedagógico para a construção dos direitos humanos e a cultura de respeito, sendo um processo inacabado. Portanto, é preciso estar em constantes debates, discussões para construir e reconstruir a sociedade que queremos. (MENDONÇA, 2015)

Além do mais, a EDH como a autora Benevides (2007) descreve nem sempre apresenta resultados imediatos, já que, o tema é complexo devendo ser permanente, mas não impossível.

Ainda temos um longo caminho a avançar, sendo que mesmo com a legislação tornando obrigatória a implantação da EDH desde a educação infantil ao nível superior ainda são poucas as escolas que implementam na prática a temática. Desta forma, é preciso fortalecer com ações e políticas públicas a fim de que os governos cumpram e sejam inseridas no ambiente escolar. Sugerimos neste ensaio o brincar, pois já está presente na prática escolar, principalmente na educação infantil e é um ótimo instrumento para a aprendizagem da EDH.

Recomendamos também, a construção de material educativo, cartilhas com sugestões de brincadeiras, jogos que abordem a temática facilitando e orientando o trabalho docente e assim, ocorra ações fundadas na dignidade humana trazendo uma melhor qualidade de vida a todos com uma cultura de paz e respeito. E que esses valores se expandam para uma educação extra muros.

É importante fortalecer os currículos e projetos políticos incorporando a temática na escola com participação dos integrantes da instituição, pais e comunidade, para que assim, esses valores possam se refletir na sociedade.

Não é necessário ter uma disciplina única que trabalhe o tema, ela deve ser de forma transversal e interdisciplinar, portanto, é urgente a necessidade de materiais didáticos com temas que abordem o respeito a diversidade e as culturas.

Na educação infantil a situação torna-se ainda pior com poucos materiais adequados com a temática para a idade deles, portanto, a brincadeira além de essencial é direito da criança, desenvolve de forma integral e é uma ótima forma de aprendizagem, permitindo trabalhar valores, temas essenciais e pilares da EDH para as crianças.

Devido a especificidade das crianças, os debates, tornam-se mais complexos, portanto, o brincar é uma ferramenta potente mas não a única forma. É um caminho.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AFONSO, M. L. M., ABADE, F. L. (2016). Jogos para pensar: Educação em Direitos Humanos e Formação para a Cidadania. Brasil: Autêntica Editora.

BENEVIDES, M. V. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Programa de Educação em Direitos Humanos na FEUSP, 2007.

BITTENCOURT, K.V.R., COSTA, N.M.V., **A Educação em Direitos Humanos na Educação Infantil Por Meio de Jogos Cooperativos na Amazônia Paraense.** Revista Humanidades e Inovação v.7, n.19 – 2020

CORREIA, S. J. C., COSTA, C. B., COSTA, J. E., MACEDO, P. S. C., MIGUEL, E. A., SILVA, F. C. **O Brincar na Educação Infantil.** Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVI, Nº. 000091, 17/11/2016. Disponível em: <https://semanaacademica.com.br/artigo/o-brincar-na-educacao-infantil> Acessado em: 01/07/2021.

CRUZ, J. L., NERI, D.N.S., SOUZA, T.G., FERREIRA, T.F. **Jogos, Brincadeiras e Educação Social: Com a Palavra os Educadores e Educadoras do Projeto Brincadeiras com Meninas e Meninos do Vale do Ivaí-PR** Anais 37º SEURS –Educação (2019). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199373> Acesso em: 01/07/2021

EDUCAÇÃO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/educacao/>. Acesso em: 01/07/2021.

JURDI, A.P.S., SILVA, C.C.B., LIBERMAN, F. Inventários das brincadeiras e do brincar: ativando uma memória dos afetos. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, 2018.

MENDONÇA, E. F. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, UFPA, 2016. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo2.pdf> Acesso em: 01 jul. 2021.

MICHAELIS, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** [Internet]. 2021 [citado 01 Jul 2021]. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/2021>.

MULLER, V. R., RODRIGUES, J.M., RIBEIRO, L., PELEGRINI, P. **O Brincar das Crianças: Aproximações às Culturas Infantis**. Dossiê - Educação em Direitos Humanos: diferentes enfoques e sentidos em negociação, v.36 n.1 (2013).

OLIVEIRA, R.D.V.L., SILVA, J.R.R.T.- Jogos digitais como arte na interface entre educação científica e educação em direitos humanos: reflexões e possibilidades- Revista eletrônica Ludus Scientiae - (RELuS) | V. 3, N. 2, Jul./Dez. 2019.

ORIANI, V.P. **Direitos Humanos na Educação Infantil: Algumas Reflexões**. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 8, n.2, p. 186-195, 2008.

SILVA, A. M.; TAVARES, C. **A Educação em Direitos Humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites**. Educação, Porto Alegre, v.36, n.1, p. 50-58, 2013.

VISONA, C. P., BIASOTTI, ALVES, L. H. R., SILVA, M., BORGES, S. C. C., CAVALCANTE, J. F. A., GITAHY, R. C. **Educação e Direitos Humanos na Era Digital: A Análise do Objeto Educacional – Jogo do Orçamento**-. Colloquium Soci